SINTRAJUD 15 anos
nossa luta faz acontecer
FENAJUFE

Jornal do Judiciário

Coordenação Nacional Conlutas de Lutas

Terça-feira, 31 de agosto de 2010 - nº 397 - 13.000 exemplares - Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário - www.sintrajud.org.br - (11) 3222 5833

Categoria aprova 48 horas de paralisação nos dias 15 e 16 de setembro

Como parte das atividades do Dia Nacional de Luta, servidores de São Paulo protestaram em frente ao TRE, cercado de policiais militares

Nesta segunda-feira, 30, os servidores do Judiciário paralisaram suas atividades em defesa da aprovação do PCS e contra o congelamento de salários. Servidores das três Justiças permaneceram em protesto durante todo o dia em frente ao TRE, que desde a manhã estava com a entrada cercada pela Polícia Militar, portando até metralhadoras, e grades.

Em assembleia, a categoria definiu os próximos dias de indicativo de mobilização: 48 horas de greve nos dias 15 e 16 de setembro. A proposta será levada à reunião da diretoria da Fenajufe que acontecerá no dia 9, próxima quinta-feira.

"É uma luta difícil, mas necessária, o único projeto que é aprovado com facilidade é o congelamento", destacou Ana Luiza Figueiredo, diretora licenciada do Sintrajud e da Fenajufe. O PLS 611, hoje PLP 549/09 em tramitação na Câmara, foi aprovado no Senado por unanimidade em dezembro do ano passado. Agora se aprovado na Câmara, o projeto poderá congelar o salário do funcionalismo até 2019.

Orçamento

A escolha desta segunda para a realização do dia nacional de luta teve o objetivo de pressionar o governo a incluir o PCS na Lei Orçamentária Anual de 2011. O prazo para o Executivo enviar a LOA ao Congresso Nacional é 31 de agosto. Em pelo menos 15 estados do país, houve protestos e paralisações.

"Não vamos conseguir o PCS de presente do próximo governo. É preciso lutar para garantir alguma conquista", disse a servidora Fausta de Fernandes, da JF/Taubaté. Por isso, os servidores insistiram em chamar quem estava trabalhando a descer e lutar pela revisão salarial.

Foto Wladimir Souza



Em frente ao TRE, servidores aprovam continuar a luta

Repressão no TRE

Com grades e policiais com metralhadoras, tribunal impede entrada do Sintrajud no prédio

Além da ostensiva presença do aparato policial em frente ao prédio do Eleitoral, os diretores do Sintrajud foram barrados. Após a assembleia, na tarde desta segunda-feira, 30, o grupo de servidores que iria passar os informes aos colegas foi impedido de entrar. A justificativa foi a Portaria 278, de 5 de julho de 2010. Seu texto proíbe que mais de quatro "grevistas e/ou diretores do Sindicato" entrem no prédio, o que somente poderá ser feito entre 12h e 14h, "com o fim exclusivo de comunicar aos servidores sobre o andamento das negociações acerca do Plano de Cargos e Salários IV".



PMs tentam intimidar servidores

Para o diretor do Sintrajud Cléber Aguiar, ao impedir o acesso de diretores do Sindicato, o TRE cerceia a organização no local de trabalho e afronta princípios constitucionais. Além disso, disse ele, o tribunal é um prédio público, todo cidadão tem direito de entrar. "O Sintrajud tomará todas as medidas necessárias para o restabelecimento imediato do direito à liberdade de organização sindical", afirmou.

Governo quer excluir servidores e contemplar só juízes no orçamento

Até o fechamento desta edição, a informação em Brasília era que o governo Lula manteve o veto à inclusão da previsão para o PCS dos servidores do Judiciário na proposta de Lei Orçamentária de 2011, mas contemplou a revisão salarial da magistratura e dos procuradores.

A informação é do assessor parlamentar da Fenajufe, Antônio Augusto Queiroz, que a obteve junto ao Ministério do Planejamento. "Ainda estamos trabalhando para incluir, mas até agora não está no orçamento", relata o assessor. Segundo ele, a proposta prevê cerca de R$ 150 milhões para o reajuste dos magistrados.

Em pelo menos 15 estados do país, os servidores fizeram nesta segunda um dia nacional de protestos e paralisações. Em Brasília, dirigentes sindicais buscam pressionar o governo e o STF pela inclusão da previsão. O governo deve enviar até esta terça, 31, o projeto de Lei Orçamentária para 2011 (LOA) ao Congresso Nacional.

Segundo o assessor parlamentar, caso se confirme a exclusão dos servidores na proposta orçamentária, a alternativa imediata seria garantir a previsão por meio de uma emenda que seja incorporada ao projeto pelo relator-geral da LOA, senador Gim Argello (PTB-DF). Para fazer isso, explica, o parlamentar teria que remanejar recursos da proposta ou projetar um aumento na arrecadação. "Mas ele só vai incluir se o governo der o 'ok'", ressalta Toninho.

Novas assembleias devem ser realizadas nos estados após a jornada de protestos desta segunda. O objetivo é avaliar a situação dos projetos que revisam os planos de cargos e salários do Judiciário e do MPU e decidir sobre a retomada da greve nacional da categoria.

Sintrajud realiza debate com candidatos do Judiciário

Para fortalecer ainda mais a democracia, o Sintrajud realiza nesta quarta-feira, 1º, debate com os candidatos da categoria que concorrem às próximas eleições. No evento, os candidatos irão dizer por que estão participando das eleições e quais são suas propostas para o serviço público e trabalhadores em geral.

"O Sindicato mais uma vez está abrindo espaço para que os servidores conheçam melhor os candidatos da categoria, seus partidos e que programa estão defendendo. Acreditamos que essa é uma forma de contribuir com o avanço da consciência dos servidores e democratizar o debate sobre temas de seus interesses", disse o diretor do Sintrajud e servidor do TRF, Eliseu Trindade.

Cinco candidatos confirmaram presença Ana Luiza, candidata a senadora pelo PSTU; Adilson Rodrigues,candidato a deputado federal pelo PSOL; Sanches, candidato a deputado estadual pelo PSTU; Felipão, candidato a deputado estadual pelo PSOL e Geraldo Forte, candidato a deputado estadual pelo PSB.

O Sintrajud também abriu espaço no Jornal do Judiciário para que os candidatos possam expor suas propostas. Nas edições anteriores, alguns candidatos fizeram apresentação das candidaturas e a proposta para o funcionalismo. Na próxima edição o tema é a saúde pública no país.

O debate com os candidatos da categoria será na quarta feira, dia 1º de setembro. às 19h30, no 15º andar do Sintrajud, rua Antonio de Godoy, 88.

Diretoria de base irá organizar as Comissões da Saúde do Trabalhador (COSATs)

O debate sobre saúde do trabalhador foi pauta da 29ª reunião do Conselho de Base, realizada no último sábado, 28 de agosto. Os servidores discutiram "de que adoecem os trabalhadores do Judiciário Federal" e fizeram um "mapeamento" do corpo do trabalhador para identificar o adoecimento relacionado ao trabalho.

Doenças como transtornos mentais, Lesão por Esforço Repetitivo (LER) e problemas de coluna (lombalgia ocupacional), nesta ordem, foram os mais citados. De acordo com a assessora em saúde do Sintrajud, Ana Paula Lopes, estas doenças estão relacionadas ao trabalho.

A expectativa do Sintrajud é que a diretoria de base comece a organizar os trabalhadores em seus locais de trabalho para montar as Comissões de Saúde do Trabalhador (COSATs), que têm como finalidade a melhoria das condições de trabalho, através de permanente vigilância.

Para a diretora do Sindicato Leica Silva, "os problemas de saúde relacionados ao trabalho são muitos e estão colocados no cotidiano do trabalhador. Por isso é necessário levar a discussão para os locais de trabalho, com os trabalhadores e trabalhadoras, e assim buscar as soluções para o problema".

Leica convida os servidores(as) a participarem da reunião do Coletivo de Saúde, dia 05 de outubro (terça-feira), às 19h30 no Sintrajud (Rua Antonio de Godoy, 88, 15º andar). A participação é aberta a todos os interessados.

Conselho de Base discute organizar o local de trabalho e retomar a luta pelo PCS

Avançar na organização por local de trabalho foi um dos principais temas debatidos no Conselho de Base do Sintrajud realizado neste sábado, 28. Os novos diretores de base, que assumiram no sábado, reconheceram que há muitos problemas no dia-a-dia, que vão desde o assédio moral às precárias condições de trabalho, e que é preciso ter representantes dos servidores nestes setores para fazer um elo entre a base e o Sindicato.

Na reunião ficou definido também que é preciso intensificar a mobilização pelo PCS, caso contrário os servidores poderão ter os salários congelados por 10 anos.

No Conselho, os servidores foram unânimes em avaliar que a intransigência do governo em aprovar o PCS obriga os servidores a ter um maior empenho nessa nova etapa da luta. "Não há nada definido. Se o governo quisesse incluiria já o PCS na Lei Orçamentária Anual (LOA)", disse o diretor do Sintrajud e da Fenajufe Antonio Melquiades, o Melqui.

Melqui, que faz parte da comissão de negociação em Brasília, avalia também que o Supremo Tribunal Federal (STF) não está se empenhando quanto deveria para aprovar o PLP 6613/09. "O presidente do Supremo demorou para receber os representantes dos servidores e não fez qualquer pressão junto ao governo para que nosso projeto fosse aprovado", destacou.

Para o ex-diretor da Fenajufe e diretor de base do Sintrajud, Adilson Rodrigues, o momento não é de recuo. É de fortalecer a mobilização, pois, segundo ele, os servidores têm que se conscientizar que se não conseguirem reverter esse "jogo", o próximo passo do governo é aprovar o PLP 549/09, que congela o salário do funcionalismo público. "O último reajuste aprovado foi em 2006, cuja última parcela foi paga em 2008, de lá prá cá não tivemos mais qualquer reajuste e se deixarmos passaremos mais 10 anos com os salários congelados".

Adilson lembrou ainda que no ano passado o STF poderia ter enviado o pedido para inclusão do PCS no orçamento deste ano, mas não o fez, enviou apenas o projeto de reajuste dos magistrados que receberam aumento e já têm projeto de novo reajuste tramitando no Congresso.

Os servidores de outras cidades também avaliaram a necessidade de se avançar na organização da categoria e de fortalecer a mobilização para garantir o PCS. Para a diretora de base da JF de Marília, Alice Vicente, os servidores estão preocupados, mas têm disposição de retomar a luta.

Ao final da reunião, novos diretores de base tomaram posse e se comprometeram a, junto com o sindicato, buscar soluções para as demandas dos servidores no seu local de trabalho e na luta geral da categoria.

Fala servidor

Por que é o momento de lutar pelo PCS?

O presidente Lula quer deixar o PCS para o próximo governo. Porém, já foi noticiado que a sua candidata, se eleita, pretende implantar ajustes fiscais no ano que vem. Na mira dos "cortes de gastos" estão os servidores públicos, e, claro, reajustes. Por isso, para os servidores, a hora de lutar pela aprovação do PCS é agora. Veja o que eles disseram durante o dia nacional de luta, dia 30.



"Tenho certeza que o PCS só virá se a categoria estiver unificada. Com a Dilma no poder será mais difícil a luta, porque existirá um passivo a ser pago a quem financiou sua campanha. Isso é o sistema capitalista. Os ataques à greve têm dificultado nossa unidade, mas precisamos lutar sempre."

Francisco Antero, do TRF



"O que está sendo sinalizado são propostas de aperto fiscal e nada garante que o serviço público vá ficar de fora. A tendência de desmonte do Estado não deixou de existir nesse contexto. A categoria tem que ter disposição de organização e de luta para garantir a reposição salarial e barrar o congelamento com o conjunto do funcionalismo."

Tarcísio Ferreira, da JT/Barra Funda



"Ou lutamos agora, ou perdemos o momento. Pensar no ano que vem é muito longe. Não podemos esperar até lá, não vejo condições. Temos que dar continuidade aos 69 dias de greve que fizemos, porque depois das eleições estaremos sujeitos a tudo."

Cristiane Bueno Pontes, do Fórum de Execuções Fiscais



"Temos duas alternativas, ou ficamos atrás das nossas mesas trabalhando e vamos amargar as conseqüências da nossa inércia ou vamos lutar até o último suspiro. Acreditamos que devemos lutar e tem que ser agora, não dá para esperar. Quem não veio hoje [segunda, 30] vai ter que participar, sob pena de ser o culpado pela nossa derrota. Se todos tivessem participado nos 69 dias de greve, o movimento teria sido mais curto e vitorioso."

Fausta de Fernandes, da JF/Taubaté